

UMA REVOLUÇÃO SILENCIOSA (E BRASILEIRA) NA TEORIA CRÍTICA*

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i41p12-28>

Neil Larsen

Tradução: Luís Felipe Ferrari

RESUMO

O ensaio ressalta o alcance da obra de Roberto Schwarz e suas implicações para a teoria crítica marxista, bem como para os estudos pós-coloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Roberto Schwarz, marxismo, teoria crítica, estudos pós-coloniais

ABSTRACT

This essay highlights the scope of Roberto Schwarz's work and its implications for Marxist critical theory, as well as for post-colonial studies.

KEYWORDS: Roberto Schwarz, Marxism, critical theory, post-colonial studies

Nota introdutória

Este curto ensaio foi escrito em 2000 e publicado em 2001 como um capítulo de meu livro *Determinations: Essays on Nation, Narration and Theory in Latin America*. Acredito (e espero) que a apreciação da obra de Roberto Schwarz que ele procurava formular a respeito do que era o ambiente “teórico” acadêmico das humanidades de língua inglesa permanece, em geral, adequada hoje, mais de vinte anos depois. Mas, sem dúvida, o bastante mudou desde então para tornar necessárias algumas reflexões adicionais e uma nova contextualização.

Quando o ensaio foi escrito, o “pós-colonial” — adjetivando tanto “estudos” quanto “teoria”, de modo mais ou menos intercambiável — ainda definia a ordem do dia (ou parte dela) nos círculos “teóricos” das universidades de língua inglesa. Tendo feito sua entrada na década de 1980, o pós-colonialismo esgotara, naquela altura, a cota de controvérsia que costuma ser suscitada por novas vanguardas teóricas, incluindo o pós-estruturalismo e o pós-modernismo de que herdou o prefixo. Com bastante velocidade, ele adquiriu uma posição segura nos departamentos de literatura anglófonos (sobretudo os de literatura inglesa), onde todos tinham de aprender a se referir, com alguma ironia, ao triunvirato ou à

* “A Quiet (Brazilian) Revolution in Critical Theory”, publicado em: WALLER, Thomas (ed.). *Roberto Schwarz and World Literature*. Palgrave Macmillan, 2024, p. 47-61. Agradecemos ao Prof. Neil Larsen por autorizar a publicação da tradução do ensaio.

“santíssima trindade” pós-colonial formada por Said, Spivak e Bhabha.¹ Críticas marxistas desta última, é verdade, já então começavam a adquirir alguma notoriedade, como mostra a controvérsia e, em alguns lugares, a indignação provocada pelas críticas polêmicas de Aijaz Ahmad a Said e a Jameson. Assim, vinte anos atrás, aquele parecia um momento oportuno para sugerir uma fissura hipotética no discurso institucional da teoria e para ver o que poderia ser revelado caso a articulação particular de crítica marxista e teoria literária formulada por Schwarz nela fosse — hipoteticamente — projetada. Selecionei um trecho de *Outside in the Teaching Machine*, de Spivak, com esse objetivo em parte graças a uma semelhança a princípio espantosa, mas no fundo superficial entre o conceito desconstrucionista de “catacrese” ali invocado e o de “ideia fora do lugar”, de Schwarz — uma semelhança que poderia servir para dramatizar e demonstrar as diferenças mais profundas entre essas duas abordagens teóricas.

Que tal fissura e projeção — uma penetração schwarziana das ameaças da alta teoria acadêmica — representavam um desenvolvimento improvável, se não fantasioso, era visível vinte anos atrás, e, como “uma revolução silenciosa” já reconhecia, especialmente se levarmos em conta tudo o que ocorreu desde então, melhor assim. A vida útil institucional do pós-colonialismo não anda muito ameaçada, senão por outro motivo, porque o termo agora pode, livre de controvérsias, abranger e pregar a maior parte ou todo o Sul Global no que tange à literatura, à cultura e a muito mais — tornando-o um jargão muito bem adaptado à era de cortes de gastos administrativos e fusões que já estava em vias de virar uma constante no começo dos anos 1980.

Mas enquanto o ar de vanguarda teórica metropolitana que talvez ainda se ligasse ao termo duas décadas atrás há muito se esvaiu de um pós-colonialismo que se consolidou firmemente na divisão do trabalho acadêmico desde então, a obra e a reputação de Roberto Schwarz seguiram uma trajetória de contínuo

¹ No que tange estritamente à sua notoriedade contemporânea, o nome de Bhabha, entre os três, é o que mais parece ter desaparecido (sem que isso lhe implique um descrédito). Uma rápida menção ao conceito de “ambivalência” de Bhabha no corpo de “Uma revolução silenciosa” retoma um capítulo anterior de *Determinations* (o 2º capítulo), que questiona se, ao serem referidos por esse termo mais neutro, secular e aparentemente historicizável, os filosofemas derridianos ortodoxos de “*Entstellung*” ou “dupla inscrição” estariam menos expostos ao ceticismo e à crítica histórico-materialistas. Por outro lado, outros nomes correntes nos debates da “theory” no latino-americanismo à época fazem breves aparições aqui — *inter alia*, Nestor García Canclini, Nelly Richard e Doris Sommer.

crescimento. A comparação, é verdade, pode parecer suspeita, pois falamos aqui — como também era o caso, em geral, vinte anos atrás — de dois universos intelectuais desconectados. O primeiro, como outras, análogas erupções periódicas na “Teoria”, continua sendo um fenômeno intelectual em larga medida restrito aos departamentos de Inglês nas universidades anglófonas, onde, em todo caso, seu antigo *status* de vanguarda teórica foi substituído pelo mais recente *éclat* em torno de coisas como a “decolonialidade”. A estatura de Schwarz como um dos intelectuais públicos de maior destaque no Brasil, por outro lado, encontra poucos ou mesmo nenhum equivalente no mundo de língua inglesa. A frequência com que suas opiniões continuam a ser estampadas, por exemplo, no jornal de referência do país, a *Folha de S. Paulo*, embora quase sempre sobre assuntos literários e culturais, não pode ser igualada nem sequer por Fredric Jameson, há pouco falecido, por um Perry Anderson ou uma Judith Butler — fato que diz muito sobre quão pequena é a atenção e quão pouco respeito é dado a intelectuais verdadeiramente críticos na esfera pública anglófona.

Mas é fora do Brasil também, sobretudo entre falantes da língua inglesa, que um reconhecimento e um apreço da importância e do valor de Schwarz como um intelectual realmente decolaram nas duas últimas décadas. A meu breve apanhado de sua obra em *Determinations*² cabe pouco ou nada do mérito por esse reconhecimento bastante atrasado, mas aconteceu de uma “revolução silenciosa” — talvez não tão silenciosa assim — garantir a Roberto Schwarz um grau de reconhecimento praticamente sem igual entre as vozes com maior autoridade na Teoria Crítica, de Perry Anderson (“o melhor crítico dialético desde Adorno”) a Franco Moretti (“o maior crítico marxista de nossos tempos”) e Francis Mulhern

² Minha introdução à obra de Roberto Schwarz se deu durante minha pós-graduação nos anos 1970, muito antes de aparecerem as primeiras traduções para o inglês, graças a meu assistente de ensino de português, Robert Krueger, um colega de pós-graduação e membro da organização Estudantes por uma Sociedade Democrática que, tendo ido ao Brasil como um voluntário do Corpo da Paz logo antes do Golpe de 64, se radicalizara e fora convencido pelos marxistas locais a abandonar seus serviços ao governo norte-americano e cerrar fileiras com eles. “Cultura e política, 1964-1969”, entre outros textos de Roberto que eu pude encontrar, figura com proeminência na minha tese de doutorado, escrita no início dos anos 1980 e publicada mais tarde como *Modernismo e Hegemonia*, em 1990. Comecei a trocar cartas com Roberto no início dos anos 1990, encontrei-o pela primeira vez em Nova York em 1993 e, finalmente, graças a uma bolsa da FAPESP, que Roberto conseguiu, cheguei pela primeira vez a São Paulo em 1995 para ministrar o seminário um tanto problemático sobre a “teoria pós-colonial” na Universidade de São Paulo aqui discutido. Roberto, desde a década de 1970, nunca deixou de inspirar e de guiar o meu trabalho, fazendo dele, para mim e para inúmeros outros, meu próprio “mestre na periferia do capitalismo”.

(“o mais importante praticante do marxismo na tradição da Escola de Frankfurt escrevendo hoje”). Os principais eventos responsáveis por isso são sobretudo, acho, a publicação em 2001 da tradução para o inglês da obra-prima de Schwarz, *A Master in the Periphery of Capitalism* [*Um mestre na periferia do capitalismo*], seguida pela publicação, em 2012, de *Two Girls*, uma edição que incluía tanto a tradução de *Duas meninas* quanto, entre vários ensaios curtos, a de um dos ensaios metodológicos seminais de Schwarz, “*Objective Form: Reflections on the Dialectic of Roguery*” [“Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”].³ E a aparição dessas duas obras em inglês sem dúvida levou muitos novos leitores de volta à coleção de 1992, *Misplaced Ideas*, que incluía o já então clássico ensaio que empresta o título ao livro [“As ideias fora do lugar”], bem como “*Culture and Politics, 1964-1969*” [“Cultura e política, 1964-1969”], o ensaio, publicado originalmente na revista *Les Temps Modernes* de Sartre enquanto Schwarz estava exilado da ditadura militar brasileira na França, que primeiro fez dele uma voz crítica importante no Brasil. Por fim, foi em 2001 que os ensaios de Schwarz começaram a aparecer regularmente na *New Left Review*, versando sobre temas tão variados quanto Machado de Assis, *Cidade de Deus*, Brecht, Caetano Veloso e Bolsonaro.

Em retrospecto, depois de quase quarenta e cinco anos em que tenho sido um estudioso ávido e contumaz da obra de Roberto Schwarz e da teoria crítica marxista, sobretudo aquela de Lukács e de Adorno, que constitui uma fonte e uma tradição comum, percebo, entretanto, que embora fosse oportuno e conveniente para meu argumento, uma geração atrás, recrutar Schwarz para um enfrentamento polêmico, se bem que com interesses próprios, com a teoria pós-colonial, eu perdia de vista o mais importante. Pois agora está claro que se apropriar da noção de ideia fora do lugar como núcleo conceitual mais adequado de uma nova e aprimorada teoria pós-colonial não foi e não teria sido bem-sucedido nem valeria a pena em

³ Fazendo as vezes de uma homenagem metacrítica ao ensaio clássico de Antonio Candido sobre as *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, “Pressupostos...” [“*Objective Form*”] deve ser lido em conjunto com “Adequação nacional e originalidade crítica” [“*National Adequation and Critical Originality*”] (aparecido inicialmente em *Sequências brasileiras* em 1999, traduzido em 2001), uma leitura e uma reflexão crítica a partir de outra interpretação feita por Candido de um romance brasileiro do século XIX, *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Deve-se mencionar aqui também *To the Victor the Potatoes*, a excelente nova tradução de *Ao vencedor as batatas* assinada por Ronald W. Sousa.

tudo caso — e não só isso. Meu equívoco também estava em focar as energias polêmicas e críticas na *teoria* assim predicada. Pois o que talvez não seja uma surpresa para seus leitores e estudiosos brasileiros e que agora, graças à publicação de *A Master on the Periphery of Capitalism* e de *Two Girls* e a ensaios como “*Objective Form*”, se fez claro ao público anglófono é que aquilo que faz de Roberto Schwarz “o maior crítico marxista de nossos tempos” tem tudo a ver com uma questão de *método*, a saber: a *crítica imanente*. Ao menos uma outra contribuição a este volume, que fica indicada para o leitor⁴, aborda essa questão de maneira muito mais completa e sistemática. Minha contribuição modesta e suplementar é apenas observar, a quem possa tirar proveito disso, especialmente aos estudiosos de Marx e de *O Capital* interessados em crítica literária, procurando descobrir o que vem a ser e *como* construir uma crítica imanente de objetos literários, que é isso que Roberto Schwarz vem formulando pacientemente, senão de fato demonstrando para nós desde o começo.

Decerto essa é a verdadeira “revolução silenciosa” de Schwarz, e apreendê-la deve, potencialmente, permitir o tipo de progresso na teoria crítica que aqueles que o proclamam um herdeiro de Lukács e de Adorno e da crítica dialética em geral sem dúvida identificam em sua obra. Por mais revolucionárias e dramáticas que sejam as implicações para o trabalho de interpretação e crítica, o próprio trabalho não deve ficar mais fácil. Antes pelo contrário. Tal foi a minha experiência ao tentar, até aqui sem garantias de sucesso, extrapolar os princípios de crítica imanente evidenciados na leitura schwarziana de Machado e nos conceitos — por exemplo os de “redução estrutural” e “princípio de generalização” — desenvolvidos nos textos mais metodológicos de Schwarz na linha dos “Pressupostos...” e de “Adequação nacional e originalidade crítica”, quando o objeto é transposto do Brasil do século XIX para os Estados Unidos do século XIX, particularmente para *As aventuras de Huckleberry Finn*. Eu achava que conhecia bem esse romance... até intentar esse experimento. Porém, eu viria a descobrir algo que as extrapolações metacríticas feitas pelo próprio Schwarz a partir da obra de Antonio Candido

⁴ Ver a contribuição de Silvia López a este volume [“Dialectical Criticism in the Provinces of the “World Republic of Letters”: The Primacy of the Object in the Work of Roberto Schwarz: Ten Years Later”, coletado em Waller (2024)].

deixam muito claro, a saber: na crítica literária imanente⁵, nada substitui um conhecimento objetivo vasto e profundo — do tipo que, por exemplo, como Schwarz é contundente em observar, permite a Candido descobrir a qualidade potencialmente luminosa e mediadora de uma piada racista dirigida aos portugueses e aos negros (o dito dos “três pêš”) corrente no Rio quando Azevedo escrevia *O cortiço*. Depois de meses lendo e pesquisando sobre Twain, *Huckleberry Finn*, escravidão, a Guerra de Secessão, o começo e o fim da Reconstrução etc., descobri que, embora eu estivesse no caminho certo, não me era permitido igualar a fundamentação com que Candido ou Schwarz se aproximam de — sua conexão imanente com — um objeto literário brasileiro do século XIX — e meu tempo estava acabando. Há mais de uma lição a tirar disso. Mas a descoberta que logrou um estudo cuidadoso da obra de Roberto Schwarz, por mais negativa que seja a sua forma neste caso, permanece. Da próxima vez, sei onde começar.

Durante os meses de julho e agosto de 1995, fui professor visitante na Universidade de São Paulo. O tema do meu curso era “a teoria literária e o ‘postcolonial’”⁶, rubrica sob a qual eu incluía a leitura, não só das “figurinhas carimbadas” (Said, Jameson, Spivak, Bhabha, Fanon, Ngugi *et alli*), mas também de um conjunto de críticos e teóricos latino-americanos. Nunca duvidei que meus alunos na USP estariam ao menos familiarizados com Said e com Jameson, e a primeira aula logo provou que eu estava certo. Mesmo Bhabha já era bastante conhecido e citado por muitos entre eles, em especial por aqueles que realizavam suas pesquisas na área de Inglês ou de Literatura Comparada. Mas eu não estava preparado para a falta de familiaridade geral — como a deixar transparecer, quem sabe, algo ainda mais espantoso: uma falta de interesse — com as obras, por exemplo, de Mariátegui, Fernández Retamar ou Monsiváis. Parte disso tinha a ver, é claro, com as barreiras culturais e literárias consideráveis que ainda separam o Brasil dos países de língua espanhola da América Latina. Todos os meus estudantes

⁵ Uma expressão que, até onde sei, nem Candido nem Roberto parecem muito preocupados em mencionar ou invocar *com todas as letras* — não que isso tenha grande importância afinal.

⁶ Em português e inglês, no original (N. do T.).

brasileiros tinham um profundo envolvimento com suas tradições intelectuais e de crítica literária nacionais, sobretudo a de Antonio Candido, que eles consideravam — sem dúvida com razão — o fundador incontestado dos modernos estudos literários brasileiros. Mas conhecer Bhabha e não, digamos, Ángel Rama? Era um pequeno choque para mim, que complicava minha já irônica posição de homem branco norte-americano que vinha trazer a “teoria pós-colonial” ao Brasil, ainda mais que eu me convertera sem intenção — e sem as devidas qualificações — também em embaixador da teoria crítica peruana, cubana, uruguaia e mexicana. A lição implícita nisso, contudo, aos poucos se fez clara: as mesmas paredes que separavam o Brasil do restante da América Latina separavam-no, digamos, da Índia ou da China. Elas não eram insuperáveis; elas tinham uma abertura. E essa abertura era ao mesmo tempo singular e universal: era a metrópole europeia-norte-americana. Bhabha a tinha atravessado e, portanto, era uma figura reconhecida. Rama, naquele tempo o mais proeminente crítico e teórico literário do país vizinho ao Brasil, o Uruguai, ainda não a atravessara — ou, ao menos, tendo ingressado na metrópole através dela, ainda não fizera o caminho de volta — e, portanto, era uma figura relativamente desconhecida. O “pós” em “pós-colonial”, já suscetível a qualificações várias e indefinidamente limitantes, tornou-se de repente ainda mais tênue e efêmero.

Minha experiência em São Paulo dramatiza bem, acho, as ambiguidades que acompanham qualquer esforço legítimo para promover um maior intercâmbio intelectual e um maior “diálogo” entre as duas Américas. Pois não há só o risco, crônico e bem conhecido, de que o latino-americanismo no Norte e aquele na América Latina se tornem duas entidades separadas, o primeiro limitando-se a sugar os recursos do segundo. Há também o problema de que, mesmo na própria América Latina, as estruturas conhecidas e, para todos os efeitos, ainda neocoloniais de distribuição e consumo intelectual tendem a persistir. Conforme o latino-americanismo se torna mais e mais uma “indústria em crescimento” no Norte⁷ — e se vê absorvido por ondas “teóricas” como o pós-colonialismo —, aqueles que buscam um diálogo genuíno entre o Norte e o Sul precisam (para emprestar o antigo *bon mot* de Doris Sommer) “prosseguir com cuidado”

⁷ A esse respeito, ver de la Campa (1999).

(SOMMER, 1999). Quero dizer: não se deve evitar apenas o oportunismo intelectual flagrante e o “imperialismo cultural” de embrulhar o Sul com uma nova embalagem conforme cada nova demanda de consumo intelectual do Norte, “teórica” ou o que for; também é preciso evitar a presunção, mais difícil de reconhecer como falsa, de que o próprio Sul já não participa, com suas próprias forças, desse processo.

O caminho para um diálogo real tem de ser buscado numa compreensão cuidadosa e sutil do que é — em um sentido rigorosamente material — a verdadeira relação Norte/Sul e dos modelos de trânsito intelectual que ela torna desejáveis e necessários. Muito dessa relação mudou na esteira de uma “globalização” expandida e acelerada, mas a iniquidade econômica e política que ela implica, e que costumava ser chamada pelo nome de “dependência”, apenas se tornou mais complexa e disfarçada, não menos essencial. É um erro supor que a tendência superficial a uma maior integração equivale a qualquer tipo de revolução estrutural. Por exemplo, muito entusiasmo e interesse é gerado pelas novas culturas “híbridas” e “de fronteira” dentro das quais, com efeito, Norte e Sul começam a perder o que se julgava serem contornos distintos (ver Larsen, 2001, p. 83-96). A localização da “fronteira”, em seu constante autodeslocamento, até certo ponto se tornou uma espécie de metáfora mestra ou de paradigma para o latino-americanismo. Mas, embora salutar diante de paradigmas anteriores e “essencialistas” de um eurocentrismo ou de um nacionalismo cultural descarados, mesmo a descentrada perspectiva “de fronteira” ameaça manter a universidade do Norte complacente com seu provincialismo cultural, fazendo-a ignorar a possibilidade de que o Sul, ainda que não seja o lugar da “alteridade” autêntica e toda-subversiva que um velho “terceiro-mundismo” um dia lhe atribuiu, não obstante pode ser, tanto quanto o Norte, uma incubadora de inovações críticas e teóricas. Pois, assim como a “globalização” não leva automaticamente à destruição de todas as barreiras e disparidades da “troca” cultural e intelectual (como minha experiência em São Paulo mostrou), ela tampouco iguala ou descentra as particularidades das culturas intelectuais nacionais ou locais que entram na produção de ideias “histórico-mundiais”. Ou seja, um diálogo franco com o Sul pode começar por devolver ao Sul a autoridade não apenas para nos falar de si, mas para

falar ao Norte sobre a teoria — e, portanto, também sobre nós mesmos — no próprio processo de falar de si.

É essa possibilidade que eu quero explorar em maiores detalhes ao discutir o trabalho do crítico brasileiro Roberto Schwarz, um trabalho sob todos os aspectos fundamental para o meu. Embora algumas de suas obras mais importantes estejam disponíveis em inglês, Schwarz pode não ser o primeiro nome a sair da boca de latino-americanistas e pós-colonialistas do Norte quando questionados sobre importantes críticos latino-americanos. Mesmo meus alunos na USP, embora tivessem ouvido falar de Schwarz e lido-o ocasionalmente, se surpreenderam com meus argumentos em prol de sua importância e pensavam nele apenas como um importante intérprete de Machado e um discípulo de Candido (coisa que ele também é, claro). Mas a abordagem crítica desenvolvida por Schwarz para os problemas da cultura e da sociedade brasileiras tem, a meu ver, implicações profundas, embora ainda pouco exploradas, para o latino-americanismo como um todo e igualmente, talvez, para uma teoria da sociedade e da cultura “pós-coloniais”. De fato, como o título do meu ensaio sugere, acredito que uma extrapolação cuidadosa das principais intuições teóricas de Schwarz — a de “ideia fora do lugar”, por exemplo— para outros contextos, não necessariamente brasileiros, pode nos levar a algumas das questões mais fundamentais da teoria crítica como tal, em particular à da estrutura de mediação possivelmente transformada que liga a totalidade sócio-histórica a seus níveis político e cultural. Isso não significa que Schwarz possa ou deva ser simplesmente transportado para fora do Brasil como mais outro oráculo contemporâneo da “Teoria”. Na verdade, é a insistência modesta e escrupulosa de Schwarz em trabalhar a partir e através das condições concretas brasileiras que formam suas circunstâncias intelectuais e políticas, sua capacidade de resistir à pressão de um globalismo magro e abstrato, que dá — o que não é tão paradoxal, na verdade — implicações mais vastas e globais a suas inovações críticas.

Schwarz, é claro, pertence a uma tradição crítica que consegue, como nenhuma outra, transcender as barreiras e disparidades de uma cultura intelectual neocolonizada. É a tradição do marxismo. (Como filho de refugiados judeus, austríacos e de esquerda que fugiram do *Anschluss* de Hitler, Schwarz faz jus a uma filiação quase tão direta a uma escola de crítica dialética da Europa Central que

inclui Lukács, Adorno e a Escola de Frankfurt quanto uma brasileira ou latino-americana). Até pouco tempo, ninguém o teria considerado uma anomalia para um intelectual latino-americano, dado que o marxismo, em uma das suas modalidades pelo menos, é tão *latino*-americano para o senso-comum quanto um estereótipo *não*-(norte-)americano. Mas também nesse contexto Schwarz ocupa uma posição atípica. Não sei como ele responderia a esta insinuação, mas, lendo-o, sou lembrado da conhecida e ainda controversa afirmação de Lukács em *História e consciência de classe* segundo a qual, mesmo se fosse comprovada a inexatidão de todas as teses históricas e políticas de Marx, ainda seria possível a um marxista renunciar a essas teses sem renunciar a uma ortodoxia que, como Lukács afirma sem rodeios, “se refere antes e exclusivamente ao *método*” (2018, p. 64, grifo do original). Parece-me que, entre as contribuições de Schwarz à teoria social e cultural da condição (neo-/pós-) colonial, encontramos um conjunto de ideias que são tão desafiadoras e perturbadoras para os dogmas de uma “ortodoxia” marxista de “teses” — dogmas que não são menos familiares na América Latina do que em qualquer outro lugar — quanto rigorosamente ortodoxas diante do método dialético de Marx.

Não posso desenvolver aqui uma argumentação sistemática em defesa dessas afirmações. Mas creio que se pode chegar a uma apreensão mais concreta da “revolução silenciosa” de Schwarz por meio de um breve contraste entre duas citações, seguido de um modesto comentário. Se me permitem demonstrá-lo:

Em *Outside in the Teaching Machine*, Gayatri Spivak assim responde às críticas de Benita Perry às suas posições:

Quaisquer que sejam as reivindicações identitárias e etnicistas de uma origem nativa ou fundamental (implícitas, por exemplo, na exortação de Parry para ouvir a voz do nativo), há um reconhecimento tácito de que as reivindicações políticas mais urgentes no espaço descolonizado estão codificadas dentro do legado do imperialismo: nacionalidade, constitucionalidade, cidadania, democracia, mesmo culturalismo. Dentro da estrutura histórica de exploração, colonização, descolonização, o que

se reivindica é uma série de conceitos políticos reguladores, a narrativa *supostamente* oficial cuja produção se escreveu noutro lugar, nas formações sociais da Europa Ocidental. Eles são retomados, de fato reivindicados, como conceitos-metáforas para os quais nenhum referente histórico adequado se apresenta no espaço pós-colonial, mas isso não diminui a importância das reivindicações. Um conceito-metáfora sem um referente adequado é uma catacrese. Tais reivindicações de catacreses fundadoras também fazem da pós-colonialidade um caso de desconstrução (SPIVAK, 1996, p. 60).

Em seu ensaio “Um seminário de Marx”, Schwarz, comentando a inovação teórica fundamental conquistada com a monografia de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de 1962, mas em uma caracterização que se aplica indiretamente também a seu próprio trabalho, escreve em linhas ao que parece muito semelhantes:

A implicação mais inovadora, contudo, refere-se à aplicação de categorias sociais europeias (sem exclusão das marxistas) ao Brasil e às demais ex-colônias, um procedimento que leva ao equívoco, ao mesmo tempo que é inevitável e indispensável. Fique de lado a crítica ao uso chapado de receitas, sempre justa, mas tão válida no Velho Mundo quanto entre nós. A dificuldade de que tratamos aqui é mais específica: nos países saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intra-europeia passa a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente, *diverso mas não alheio*, em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar, ou melhor, giram em falso mas são a referência obrigatória, ou, ainda, tendem a um certo formalismo. Um espaço *diverso*, porque a colonização não criava sociedades semelhantes à metrópole, nem a ulterior

divisão internacional do trabalho igualava as nações. Mas um espaço *de mesma ordem*, porque também ele é comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta. À distância, essa meia vigência das coordenadas europeias — uma configuração desconcertante e *sui generis*, que requer malícia diferencial por parte do observador — é um efeito consistente da gravitação do mundo moderno, ou do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, para usar a expressão clássica (SCHWARZ, 1999, p. 95).

“Um conceito-metáfora para o qual nenhum referente histórico adequado se apresenta no espaço pós-colonial”; “[um] espaço [...] em que aquelas categorias nem se aplicam com propriedade, nem podem deixar de se aplicar”. À primeira vista, parece não haver dúvida de que Spivak e Schwarz estão descrevendo um mesmo “espaço”, o mesmo enigma histórico e epistemológico que desafia solução. E o termo formal, voltado ao discurso, que Spivak emprega para esse enigma — “catacrese” — poderia servir para designar, sumariamente, essas duas tentativas de teorização. Não seria “catacrese” uma alternativa razoável para “ideia fora do lugar”, isto é, nas próprias palavras de Schwarz, “o desacordo entre a representação e o que, pensando bem, sabemos ser o seu contexto” (2000, p. 25)? Quero destacar a convergência formal, abstrata entre a desconstrucionista Spivak e o marxista Schwarz (uma oposição que a própria Spivak, é claro, não aceitaria como definitiva) para enfatizar que aqueles que, como eu, argumentam contra a variante pós-estruturalista da teoria pós-colonial partindo de princípios materialistas históricos precisam admitir que, a despeito das mistificações, os discursos teóricos da “catacrese”, do “hibridismo” etc. esbarram em alguma verdade. Um problema real está por se enfrentar aqui, e não vai adiantar nada dispensar como um jargão capcioso algo que versões anteriores do nacionalismo cultural terceiro-mundista, não raro com falsa consciência e jargão próprios, costumavam tratar como uma simples questão de “voltar às origens”. Aijaz Ahmad elege justamente essa passagem de *Outside in the Teaching Machine* como evidência de que Spivak acaba por convergir, involuntariamente, com o nacionalismo cultural de direita dos

fundamentalistas hindus (que também insistem que “nenhum referente histórico adequado” pode ser encontrado na Índia para coisas “ocidentais” como a democracia e a constitucionalidade) (AHMAD, 1995, p. 5). Mas ele assim arrisca dar a entender que, revelada a mistificação pós-estruturalista, uma compreensão histórico-materialista da “catacrese” não seria necessária.

É precisamente essa compreensão que Schwarz, mais do que qualquer um hoje, creio, elucidou em ensaios como “As ideias fora do lugar” e “Nacional por subtração” e em textos ainda carentes de tradução publicados no volume *Sequências brasileiras*, de 1999. A intuição central que percorre esses textos é que, ao invés de aceitar os termos com que o enigma da catacrese se apresenta, podemos colocá-lo de volta “do lado certo” e assim compreender que aquela forma de “consciência invertida” corresponde a *um ser social e econômico* concreto — o “Brasil”, para Schwarz — que *em si mesmo* constitui a “diferença” radical do “espaço pós-colonial”. O problema da catacrese — da imitação, das “ideias fora do lugar” — é um *falso* problema, e, no entanto, a sua falsidade decorre de uma *necessidade* histórica e social. A *solução* para um problema necessariamente falso não pode ser resolvê-lo de acordo com seus próprios (e falsos) termos; mas tampouco pode ser rejeitá-lo sem consideração, como se fosse o resultado de um equívoco fortuito ou de um lapso de consciência. “Retornar à fonte”, no sentido de uma busca pela origem, não nos leva a nada, como ao descascar as camadas de uma cebola. Mas “nem por isso adianta passar ao polo oposto: as objeções filosóficas ao conceito de originalidade levam a considerar inexistente um problema efetivo, que seria absurdo desconhecer” (SCHWARZ, 2002, p. 47).

Isto é, Schwarz mobiliza a teoria marxiana e a crítica da ideologia para desvelar o enigma da catacrese. Mas esse movimento conceitual, seja dito, embora possa parecer óbvio, nos obriga a tratar como reflexos ideológicos não só a “ideia” em seu conteúdo positivo *como, de igual modo*, o efeito concomitante de “estar fora do lugar”. As verdades supostamente evidentes do liberalismo europeu novecentista — por exemplo, o direito de um indivíduo a ser julgado por seus “méritos” — tornam-se, no contexto do Brasil escravocrata, “ideologias de segundo grau”, “ilusões necessárias” já não mais (como a ideologia de “primeiro grau”, na definição primorosamente sintética de Schwarz) “bem fundadas nas aparências”, mas ainda assim fundadas no ser social e econômico de uma classe dominante a tal

ponto condicionada pela extrema “dualidade social” da “sua” formação nacional que não é capaz de gerar suas próprias “ideias dominantes”. O “favor”, não o “mérito”, decide o destino do indivíduo, mas se a consciência oficial e dominante pusesse às claras essa realidade e a defendesse abertamente, ela estaria corroendo uma base de legitimação já muito rarefeita. Por essa razão, Schwarz argumenta, a “ideia fora do lugar” se presta à crítica social emancipatória com maior facilidade: “Largamente sentido como defeito, bem conhecido mas pouco pensado, este sistema de impropriedades decerto rebaixava o cotidiano da vida ideológica e diminuía as chances da reflexão. Contudo facilitava o ceticismo em face das ideologias, por vezes bem completo e descansado” (SCHWARZ, 2000, p. 26).

Mas para elevar essa crítica ao ponto mais alto de consciência teórica, é preciso ter cuidado para não repetir o procedimento de um marxismo mais eurocêntrico de representar as “ideias dominantes” como se a transparência e, por assim dizer, o nacional-centrismo do espaço que as envolve estivessem dados de partida. O próprio espaço social, de classe, onde atua o mecanismo ideológico deve sempre ser pensado na sua condição simultânea de autointegração provisória e extroversão — “diverso mas não alheio”. Ou seja, cumpre pensar criticamente por meio das categorias marxianas já desenvolvidas, mas, ao mesmo tempo, é preciso pensar contra a sua própria tendência à catacrese ou a “estar fora do lugar” ao inserir nas categorias uma realidade social e econômica que Marx nunca abordou de maneira sistemática. Pois se, como Marx escreve, as categorias da teoria social e da economia política são “formas de ser, condições de existência” elevadas ao nível da consciência, então caberá também elevar à consciência o descompasso — social e histórico, isto é, de natureza “material” — que surge, no plano superficial da ideologia, apenas para “deslocá-las” com relação a um ser material “brasileiro” ou “pós-colonial”. É nesse sentido que entendo Schwarz quando, ainda em comentário a *Capitalismo e escravidão* de Cardoso, ele observa que “o deslocamento meio macabro” entre os conceitos de produtividade e racionalidade econômica capitalista e a realidade da economia escravocrata do Brasil do século XIX nem “desqualifica” aqueles conceitos nem é ele mesmo “sem relevância”. “Muito pelo contrário, então como hoje, as inadequações desse tipo abrem janelas para o lado escuro mas decisivo da história contemporânea, o lado global, dos resultados

involuntários, crescidos ‘atrás das costas’ dos principais interessados” (SCHWARZ, 1999, p. 96).

Voltando a Spivak, suponho que esteja evidente a esta altura que, ao formular a questão da pós-colonialidade como uma relação de catacrese, ela busca com razão evitar uma recaída na posição nativista aparentemente preconizada por Parry. Mas apenas para assumir ela própria uma atitude acrítica a respeito das *condições históricas e sociais* que estão na base da catacrese como uma “ideologia de segundo grau”. A afirmação seca de que a pós-colonialidade, já que deve partir de suas “catacreses fundadoras”, é portanto um “caso de desconstrução” assinala com efeito o fracasso da própria Spivak — e de boa parte da teoria pós-colonial contemporânea — em considerar o pós-colonial um “caso” para a teoria crítica *social*. Por certo, aqui não há ilusões sobre a possibilidade de se resolver o enigma da catacrese *qua* enigma, através seja de um renovado essencialismo cultural terceiro-mundista, seja da capitulação aos “universais” eurocêtricos. E Spivak não nega que reivindicações de “democracia” precisam continuar a ser feitas no “espaço pós-colonial” apesar da ausência de “referentes históricos adequados” — embora as razões para isso não sejam dadas. A inflexão acrítica não está, repito, em apontar a inadequação histórica dos conceitos, mas no fracasso de um formalismo literário insistente e bastante convencional em atribuir essa inadequação a fatores históricos e sociais, como se a sua explicação só pudesse ser buscada no conteúdo abstrato, formal dos conceitos ou das “metáforas-conceitos” ou em seu campo discursivamente estruturado. Dado esse fracasso, a opção por uma suposta “política” desconstrucionista, na qual, por exemplo, o pós-colonial trama para subverter o imperialismo ocidental ao revelar as catacreses que alicerçam as suas fundações ou ao expor a necessidade transcendental do Ocidente por um outro “subalterno” ou “híbrido” etc., me soa praticamente irrelevante. Se é assim, bem se poderia acreditar que o imperialismo tem uma propensão a desconstruir a si mesmo.

Parece-me típico de nosso atual momento político e intelectual que os aspectos mais pobres teoricamente dos “estudos pós-coloniais” sejam hoje agressivamente exportados pela metrópole para regiões como a América Latina, enquanto a obra penetrante e de grande rigor teórico de um Roberto Schwarz ainda seja (em 2001) alvo de relativa desconsideração fora do Brasil. Aqui, como já

enfatizei, vemos que certo colonialismo continua a operar, sem falar numa hostilidade universal e vigorosa ao pensamento marxista. De fato, mesmo os marxistas às vezes aprendem a virar as costas para o Sul. Incluir Schwarz na tropa de vanguarda da “Teoria” metropolitana, contudo, embora fosse surtir com certeza muitos efeitos positivos, seria, em última análise, um tiro no pé. A efetivação desse cenário parece pouco provável em todo caso. O ambiente acadêmico dos estudos literários, em que o pós-estruturalismo ainda predomina e que encontra depressa um lugar para um Néstor García Canclini ou uma Nelly Richard, se sentirá pouco atraído por textos como “As ideias fora do lugar”. Ao contrário, caberá ao intelectual do Norte, latino-americanista ou não, o trabalho de divulgar e fazer extrapolações. Não precisamos, que fique claro, reproduzir o espaço teórico aberto pelo trabalho de Roberto Schwarz, mas sim, segundo os objetivos da nossa própria política cultural e intelectual, reproduzir, digamos, os Estados Unidos como um equivalente conceitual do “Brasil” de Schwarz. “Brasil”, isto é, não como um simulacro globalizado ou uma catacrese infinita, mas como o espaço, “diverso mas não alheio”, de nossa própria versão, no novo milênio, do universal concreto e mediado.

BIBLIOGRAFIA

- AHMAD, Aijaz. The Politics of Literary Postcoloniality. *Race and Class*, v. 36, n. 3, 1995.
- DE LA CAMPA, Román. *Latinamericanism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- LARSEN, Neil. *Determinations*. London and New York: Verso, 2001.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Tradução de Rodnei Nascimento. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- SOMMER, Doris. *Proceed with Caution, When Engaged by Minority Writing in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 5ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Nacional por subtração. In: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 29-48.

SCHWARZ, Roberto. Um seminário de Marx. In: SCHWARZ, Roberto. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 86-105.

SPIVAK, Gayatri. *Outside in the Teaching Machine*. London and New York: Routledge, 1996.

Neil Larsen é Professor Emérito de Literatura Comparada na University of California, Davis, e atua nas áreas de Teoria Crítica e Literatura Latino-Americana. É autor de *Modernism and Hegemony* (1990), *Reading North by South* (1995) e *Determinations: Essays on Theory, Narrative and Nation in the Americas* (2001).